



COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 63/XI/ 2.ª SL

Aos 05 dias do mês de Janeiro de 2011, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00

1. Informações;
2. Discussão e votação da acta nº. 62, referente ao dia 21 de Dezembro;
3. Discussão e votação do Parecer sobre o Relatório do Ministério da Saúde, relativo à situação do acesso dos portugueses aos cuidados de saúde nos estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde e à avaliação da aplicação da Lei nº. 41/2007, de 24 de Agosto - Relatora Deputada Teresa Fernandes;
4. Verificação da Redacção Final do Texto da Resolução que "Recomenda ao Governo a criação de centros de investigação de ensaios clínicos";
5. Calendarização dos Trabalhos;
6. Discussão e votação do Requerimento do BE, a solicitar a audição da Ministra da Saúde sobre a integração do Hospital Pediátrico Dona Estefânia no futuro Hospital de Todos os Santos;
7. Discussão e votação do Requerimento do CDS/PP, a solicitar a audição da Ministra da Saúde para que preste esclarecimento sobre a real situação financeira do SNS;
8. Outros Assuntos.

11:30 - Audiência do Conselho Nacional da Procriação Medicamente Assistida sobre as suas Propostas de alteração à Lei nº. 32/2006, de 26 de Julho;

12:00 - Audiência do INFARMED, sobre a actividade do Instituto e a temática do medicamento.

O Presidente iniciou os trabalhos dando as boas vindas no início de mais um novo ano, lembrando o trabalho que a Comissão tem pela frente, designadamente o processo legislativo, assim como a realização de audições e audiências e a conclusão de petições.

A acta nº. 62, referente ao dia 21 de Dezembro, foi discutida e aprovada por unanimidade;

Em seguida passou-se à discussão do Parecer sobre o Relatório do Ministério da Saúde, relativo à situação do acesso dos portugueses aos cuidados de saúde nos estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde e à avaliação da aplicação da Lei nº. 41/2007, de 24 de Agosto, em que é Relatora a Deputada Teresa Fernandes.

O Deputado João Semedo cumprimentou a Relatora pelo trabalho desenvolvido. Em seu entender o Relatório traduz a pouca atenção dada pelo Governo aos tempos de acesso e considera que o Parecer deve quantificar o que foi e não foi cumprido, assim como deve suscitar algumas questões, nomeadamente deve recomendar ao Governo que o próximo Relatório inclua a avaliação e monitorização dos tempos de espera. Como é a primeira vez que se faz um Parecer desta natureza, solicitou o adiamento da sua votação para permitir que os Grupos Parlamentares apresentem propostas, o que foi aceite por todos.

A Deputada Maria José Nogueira Pinto louvou o Parecer e constatou que o Relatório do acesso à saúde não refere dados importantes, nomeadamente quais os tempos de resposta praticados e quantos portugueses não tiveram tratamento, em tempo útil.

A Deputada Teresa Caeiro saudou a Relatora, e considerou um desafio fazer este tipo de Parecer porque, para além de tudo, estabelece parâmetros para futuros pareceres. O Relatório não dá uma visão global do acesso dos utentes a cuidados de saúde não programados e os tempos de espera clinicamente aceitáveis não são os melhores, pelo que sugere que se proponham parâmetros e *guide lines*.

O Deputado Bernardino Soares, concordando com o que foi dito, reconhece que o Parecer da Comissão, sendo o primeiro, não é de fácil elaboração, e considera que a principal preocupação será a de aprovar conclusões que indiquem o caminho a seguir. Este momento vai ser determinante para os futuros Relatórios.

O Deputado Rui Prudêncio cumprimentou a Relatora, sublinhando que há sempre questões que podem ser melhoradas no Relatório e o PS está disponível para colaborar nesse melhoramento. Deu conta de um estudo elaborado pela Universidade Nova de Lisboa sobre os tempos de espera em cirurgia, que revelou um índice de satisfação de mais de 70%.

O Presidente sublinhou o esforço da Relatora e para ir de encontro às sugestões referidas pede aos Grupos Parlamentares que entreguem as suas propostas de alteração até ao próximo dia 14, para que a Relatora as possa incorporar no Parecer, que deve ser votado no dia 19 de Janeiro.

O Presidente perguntou aos Deputados se concordam com a Redacção Final do Texto da Resolução que "*Recomenda ao Governo a criação de centros de investigação de ensaios clínicos*" e, não tendo havido qualquer objecção, a mesma vai ser enviada ao Presidente da Assembleia da República.

O Presidente apresentou uma proposta de trabalho com a calendarização das audições e audiências e das visitas de trabalho. A Deputada Maria Antónia Almeida Santos recordou que falta a inclusão da visita à USF Marginal, em S. João do Estoril e a Deputada Clara Carneiro que falta acrescentar a visita ao Centro de Alcoologia do Hospital Júlio de Matos.

O Deputado João Semedo tem dúvidas quanto à concretização do programa anunciado e lembrou que a Comissão se deve concentrar no processo legislativo, sugerindo a realização de audições durante 2 ou 3 semanas para cada tema. O Deputado Bernardino Soares foi da mesma opinião, até porque há uma responsabilidade política pelo atraso na conclusão das várias iniciativas.

A Deputada Teresa Caeiro não vê urgência em ouvir as personalidades sobre a sustentabilidade financeira do SNS propostas pelo Presidente e sugeriu que até final de Janeiro se façam as audições sobre o direito à informação, consentimento informado, e testamento vital, podendo as visitas ser adiadas.

A Deputada Rosário Águas discorda que não se considere prioritária a discussão sobre a sustentabilidade financeira do SNS, mas terá pouca utilidade ouvir um conjunto de personalidades, sem ouvir antecipadamente a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) sobre as contas consolidadas do SNS. A UTAO faz um tipo de apreciação, o Tribunal de Contas outro e seria importante ouvir o que a ACSS tem a dizer. Assim, requer oralmente a audição da Administração Central do Sistema de Saúde.

O Presidente tomou nota do que foi sugerido e elaborará um novo programa de trabalho tendo em consideração as sugestões dos Grupos Parlamentares.

Passou-se à discussão do requerimento do BE, que solicita a audição da Ministra da Saúde sobre a integração do Hospital Pediátrico Dona Estefânia no futuro Hospital de Todos os Santos. O Deputado João Semedo justificou a apresentação do requerimento dada a falta de clareza do Governo sobre o modo como essa integração se efectuará e sobre a fase em que se encontra, pelo que pretende um cabal esclarecimento da Ministra. Para facilitar sugeriu que a Ministra responda a este e ao outro requerimento na mesma audição.

A Deputada Maria Antónia Almeida Santos disse que existem razões para o adiamento da decisão sobre a integração do Hospital Pediátrico, mas concorda que se ouça a Ministra.

Depois de colocado à votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade.

A Deputada Teresa Caeiro apresentou o requerimento do CDS/PP, onde é solicitada a audição da Ministra da Saúde para esclarecer a real situação financeira do SNS e também concorda com a audição da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) sobre a sustentabilidade do SNS, que já foi proposta pela Deputada Rosário Águas. Referiu que foram conhecidas as contas do SNS do 3º trimestre de 2010 e o relatório da ACSS revela um elevado défice.

A Deputada Maria Antónia Almeida Santos informou que a Ministra e o Governo já esclareceram a questão das contas da saúde, pelo que não considera necessário ouvi-la sobre isso.

Depois de colocado à votação, o requerimento foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, CDS/PP, BE e PCP e a abstenção do PS. O Presidente perguntou à Deputada Teresa Caeiro se pode juntar este tema aos outros dois do BE numa única audição da Ministra, o que foi aceite.

O Presidente colocou à votação o requerimento oral a pedir a audição da Administração Central do Sistema de Saúde, que foi aprovado por unanimidade.

No último ponto da ordem de trabalhos foi distribuída a Petição nº 123/XI/2ª ao PS, que indicou como Relatora a Deputada Luísa Santos.

Foi constituído o Grupo de Trabalho sobre Prescrição por DCI com a seguinte composição: Rui Prudêncio, Clara Carneiro, Teresa Caeiro, que será a coordenadora, João Semedo e Bernardino Soares.

Audiência do Conselho Nacional da Procriação Medicamente Assistida, sobre as suas Propostas de alteração à Lei nº. 32/2006, de 26 de Julho;

(audição integralmente gravada)

O Presidente deu a palavra ao Presidente do CNPMA, Juiz Desembargador Eurico Reis, que se fez acompanhar pelo Prof. Calhaz Jorge e dois assessores.

De acordo com o nº 3, do artigo 30º, da Lei nº 32/2006, de 26 de Julho, apresentou propostas de alteração para os Artigos 7.º (Finalidades proibidas), 10.º (Doação de espermatozóides, ovócitos e embriões), 14.º (Consentimento), 25.º (Destino dos embriões), 31.º (Composição e mandato) e 32.º (Publicidade dos actos). No entender do Conselho as alterações sugeridas pretendem colmatar lacunas da lei relativas ao funcionamento do Conselho, à actividade dos Centros de PMA e aos aspectos técnicos da aplicação das técnicas de PMA.

A Deputada Maria Antónia Almeida Santos referiu que o PS está a preparar um projecto para incluir algumas das propostas anunciadas e os Deputados Maria José Nogueira Pinto, Teresa Fernandes, Bernardino Soares e João Semedo também pediram esclarecimentos, que foram respondidos pelo Presidente do CNPMA.

Audiência do INFARMED, sobre a actividade do Instituto e a temática do medicamento

(audição integralmente gravada)

O Presidente deu a palavra ao Presidente do INFARMED, Prof. Jorge Torgal, que veio acompanhado de mais quatro elementos da Direcção. Fez uma apresentação em *power point* sobre as actividades da Autoridade Nacional do Medicamento e dos Produtos de Saúde, salientando o que funciona bem, falando ainda nos constrangimentos existentes, designadamente a dificuldade na contratação e fixação de profissionais qualificados.

Pediram esclarecimentos os Deputados Clara Carneiro, Rui Prudêncio, Maria Antónia Almeida Santos, Teresa Caeiro, Isabel Galriça Neto, João Semedo e Bernardino Soares, aos quais o Presidente do INFARMED respondeu, sendo as respostas completadas por outros membros do Instituto.

O INFARMED distribuiu um documento que gerou protestos por parte dos Deputados João Semedo, Bernardino Soares e Rosário Águas, devido ao seu conteúdo e pelo facto de não estar assinado. O Prof. Jorge Torgal comprometeu-se a enviar à Comissão de Saúde a posição do INFARMED sobre a matéria e disponibiliza-se para outra reunião, quando a Comissão de Saúde o entender.

A reunião foi encerrada às 14:25 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 Janeiro 2011.

O PRESIDENTE

(COUTO DOS SANTOS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Antonieta Guerreiro
Bernardino Soares
Carla Barros
Clara Carneiro
Conceição Casa Nova
Couto dos Santos
Fernando Jesus
Isabel Galriça Neto
João Semedo
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Maria José Nogueira Pinto
Maria Luísa Santos
Rosário Águas
Rui Prudêncio
Teresa Caeiro
Teresa Fernandes
João Serpa Oliva
Maria Helena Rebelo
Pedro Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Defensor Moura
Luís Vales
Ricardo Gonçalves